



A LUTA CAMPONESA POR TERRA NO SEMIÁRIDO PARAIBANO

Luanna Louyse Martins Rodrigues
Departamento de Geografia da UFS

Áurea Régia Oliveira da Silva
Departamento de Geociências da UFPB

Emília Moreira
Departamento de Geociências da UFPB

Resumo

Este trabalho centra sua atenção no estudo da evolução da luta pela terra no semi-árido paraibano (Brasil), no período de 1970 a 2008. A região semi-árida paraibana é composta de 170 municípios que se estendem por 48.657 km² (o que representa 86% do total do território estadual). No período de 1970-1996, ocorreram lutas por terra em 26 destes municípios totalizando 59 áreas de conflito (MOREIRA, 1997). Atualmente, contabilizam-se 85 acampamentos existentes em todo o estado da Paraíba, sendo 56 destes, referentes a conflitos localizados no semi-árido. O estudo tem como base a pesquisa bibliográfica e documental, a análise de dados secundários e o trabalho de campo. Ele discute o significado de semi-árido, faz um breve resgate histórico sobre a questão da terra no Brasil, apresenta dados referentes à luta pela terra no semi-árido paraibano, e a partir do estudo de caso realizado em um assentamento situado no município de Itabaiana-PB, resgata a trajetória dos trabalhadores assentados desde o conflito até a conquista da terra.

Palavras-chave: Semiárido. Luta camponesa. Conflitos de terra.

Resumé

Ce travail porte son attention sur l'étude de l'évolution de la lutte pour la terre dans la région semi-aride de la Paraíba- Brésil, au cours de la période de 1970-2008. Cette région est composée de 170 municipalités qui s'étendent pour 48.657 km² (ce qui représente 86% du territoire de l'Etat). Au cours de la période de 1970-1996, des luttes pour la terre ont eu lieu dans 26 municipalités ce qui a représenté un total de 59 aires de conflit (MOREIRA, 1997). Présentement il y a 85 « acampamentos » dans tout l'Etat de Paraíba, 56 d'entre eux, situés dans la région semi-aride. L'étude est basée sur la recherche bibliographique et documentaire, sur l'analyse de données secondaires et sur la recherche de terrain. Il discute la signification de semi-aride, fait un bref historique sur la question de la terre au Brésil, présente des données relatives à la lutte pour la

terre dans la région semi-aride de la Paraíba, et, à partir de la recherche réalisée dans un Assentamento situé dans la municipalité de Itabaiana - PB, récupère la trajectoire des travailleurs assentados dès le conflit jusqu'à la conquête de la terre.

Mots clés: Semi-aride. Lutte paysan. Conflits de terre.

INTRODUÇÃO

Este trabalho centra sua atenção num estudo de caso realizado no Assentamento Almir Muniz da Silva, localizado no município de Itabaiana-PB, que está inserido numa porção do Agreste Paraibano susceptível à desertificação. Ele tem como objetivo central a recuperação da história da luta pela terra no Assentamento, a partir do resgate da forma anterior de organização dessa fração do território, da identificação dos fatores responsáveis pela eclosão do conflito e da ação dos seus mediadores, do desenrolar do conflito até sua solução com a desapropriação e a criação do Projeto de Assentamento, procurando evidenciar as transformações na condição de vida e trabalho dos assentados ao longo dessa trajetória.

A metodologia utilizada para a sua realização compreendeu uma pesquisa bibliográfica e documental, o levantamento e a análise de dados secundários e o trabalho de campo que consistiu na aplicação de questionários, na realização de entrevistas individuais e da metodologia de grupo focal.

Além desta introdução e das considerações finais o trabalho está estruturado em quatro itens. O primeiro analisa de forma sucinta as raízes da questão agrária brasileira e resgata sinteticamente as lutas camponesas no Brasil; o segundo apresenta os dados da evolução dos conflitos de terra no semi-árido paraibano entre 1970 e 2008; o terceiro resgata a história da luta pela terra no Assentamento Almir Muniz e o quarto apresenta as características do novo arranjo territorial do mencionado assentamento dando ênfase às formas de organização da produção, do trabalho e da vida dos camponeses assentados. Convém salientar que não se trata de um trabalho acabado, mas dos primeiros resultados de uma pesquisa em desenvolvimento.

A questão da terra e as lutas camponesas no Brasil: um breve resgate

A terra, ou melhor, a propriedade da terra, constitui-se no elemento responsável pela exclusão que marcou a história do Brasil, provocando disputas entre as classes no campo brasileiro. Desde a chegada do colonizador português com a implantação das capitanias hereditárias e a concessão de sesmarias, foi se

desenvolvendo no Brasil um sistema de consolidação da grande propriedade, concentrada nas mãos de poucos, excluindo da terra grande parte da sociedade. A forma como se organiza a estrutura fundiária brasileira, baseada no latifúndio, vai provocar ao longo do tempo, disputas pela posse e o uso da terra, uma luta constante entre trabalhadores e proprietários.

Os conflitos sociais no campo se iniciam já no século XVI, no período colonial, com a disputa pela terra entre colonizadores e indígenas. Destacam-se ainda nesse período os conflitos entre sesmeiros e posseiros, provocados, sobretudo, pelo crescimento da atividade canavieira, que levava os proprietários de engenho a expulsar os posseiros para expandir a área de plantio, e a disputa entre proprietários “resultante, muitas vezes, da superposição das áreas doadas em sesmaria.” (TARGINO, 2002: p. 148).

Apesar da importância e expressividade das lutas desse período, elas não contestavam a ordem estabelecida, ou seja, não se constituíam em oposição à forma de organização fundiária vigente. Nesse período não existia a propriedade privada da terra, o acesso a ela era dado pela Coroa através de “concessões de uso” com direito à herança, apenas àqueles que tivessem disponibilidade de capital para cultivar um produto para exportação. Dessa forma, inicia-se a exclusão de índios, mestiços, bastardos, que passaram à condição de agregados nas fazendas, pagando diversos tributos em produto, trabalho, dinheiro, pelo direito de cultivar um pedaço de terra.

Em 1850, a Coroa promulga a Lei de Terras que vai implantar no Brasil a propriedade privada de terras. A lei possibilitou que a terra se transformasse em mercadoria, passando a ter um preço. Assim, para se tornar proprietário privado das terras era necessário pagar determinado valor por ela. Essa lei tinha como objetivo impedir que os trabalhadores escravos, após receberem a liberdade, tomassem posse das terras. Desprovidos de qualquer bem ou recurso os escravos jamais teriam condições de adquirir um pedaço de terra e se transformarem em camponeses, pequenos proprietários.

A Lei nº 601, de 1850, foi então o batistério do latifúndio no Brasil. Ela regulamentou e consolidou o modelo da grande propriedade rural, que é a base legal, até os dias atuais, para a estrutura injusta da propriedade de terras no Brasil” (STEDILE, 2005: p. 23).

Em 1888, a promulgação da Lei Áurea abolindo a escravidão no Brasil, vai redefinir as condições de existência do campesinato. Com trabalhador livre, a terra passa a ser a maneira encontrada para subjugar o seu trabalho. Uma vez que a terra já

havia se transformado em mercadoria, a única alternativa de sobrevivência para os ex-escravos seria vender sua força de trabalho. Então, milhões de escravos libertos saem das fazendas e juntam-se a massa de camponeses mestiços, desprovidos de seus meios de produção, para formar um grande exército de mão-de-obra barata para a labuta nas grandes fazendas.

A partir de então restavam duas alternativas a essa população, ou tornava-se agregada nas fazendas através da venda de sua força de trabalho, ou migrava para regiões distantes, ainda não ocupadas em direção ao sertão para abrir sua posse. Porém, nos dois casos o trabalhador estava sujeito à expulsão da terra, dependendo da vontade do fazendeiro. A respeito dos posseiros Martins explica que: (...) “a presença dos posseiros nesta sociedade compromete um de seus requisitos fundamentais que é o da propriedade capitalista (...) a posse é a negação da propriedade” (1981: p.116).

Assim, a concentração fundiária provoca a expulsão dos lavradores que são explorados e sofrem violência. Esse processo gera uma maior organização desses trabalhadores, que resistem e lutam pela terra.

No período do Império, destacam-se alguns conflitos que direta ou indiretamente questionavam a forma de distribuição da terra no Brasil, a exemplo da Cabanagem e da Balaiada. Já na República, desencadearam-se movimentos de caráter messiânico, como Canudos, Contestado e Caldeirão. Todos esses encontros representam a resistência dos camponeses, a luta por uma forma alternativa de organização social, baseada no trabalho agrícola e na posse coletiva da terra. Gritos contra a violência e a injustiça cometida contra os pobres do campo.

Posteriormente, já na década de 1950, surge um movimento no campo brasileiro que ficou conhecido como Ligas Camponesas. Desencadeado inicialmente no estado de Pernambuco, o movimento irradiou-se com rapidez pelos outros estados do país, tendo sido mais expressivo nos estados da Paraíba e Goiás. Como todos os outros movimentos camponeses, as ligas foram fortemente combatidas com violência e repressão, marcando mais uma vez a história da luta camponesa com o sangue dos seus protagonistas assassinados, torturados, maltratados pela fúria do latifúndio.

As ligas representaram fortemente o ideal libertário, um movimento social combativo que defendia uma reforma agrária radical. A respeito das ligas Targino explica:

(...) na segunda metade dos anos cinqüenta, pela primeira vez na Zona da Mata e porque não dizer na história do Brasil, vai surgir um movimento de massa expressivo junto aos trabalhadores rurais, reivindicando explicitamente a mudança na estrutura fundiária, isto é,

organizado em torno da bandeira da reforma agrária (2002: p.152).

Hoje, no início do século XXI, os camponeses continuam na sua luta pelo direito de acesso à terra, sendo submetidos a fortes tensões, conflitos, violência, expulsão, assassinatos, torturas e prisões. Uma busca incansável pelo fim da exploração do seu trabalho, por melhores condições de vida, por uma divisão justa e igualitária das terras brasileiras. Enfim, lutam pelos direitos que lhes são insistentemente negados.

Não obstante a forte repressão e a forma brutal como vêm sendo tratados, os camponeses avançam, na esperança de verem conquistado um direito tão necessário (na medida em que propiciaria melhores condições para grande parte da população brasileira) e desejado. Eles acampam, ocupam, resistem, plantam, reúnem forças, se articulam e seguem em frente na esperança de uma vida mais digna a partir da conquista de um pedaço de chão.

Áreas de Conflito no Semiárido paraibano entre 1970 e 2008

O Brasil é um país que apresenta enormes desigualdades sociais, encontra-se entre os primeiros países com a maior concentração de terras do mundo. Gigantescas extensões de terra são mantidas sob o monopólio de poucos, que não as cultivam, ao mesmo tempo em que milhões de famílias de trabalhadores rurais brasileiros não possuem terra e vivem em condições extremas de pobreza.

Essas terras deveriam cumprir sua função social, propiciando melhores condições de vida para a população trabalhadora.

A trajetória dos camponeses ao longo da história do Brasil foi sempre marcada pela expropriação/expulsão da terra e exploração do seu trabalho. Porém, a organização desses trabalhadores na busca do direito ao acesso à terra vem se ampliando no campo brasileiro.

Embora de forma mais tardia do que na Zona da Mata, os conflitos de terra avançam em direção à região semi-árida. Esta região caracteriza-se por apresentar baixa precipitação pluviométrica, chuvas mal distribuídas estando sujeita à secas periódicas.

A expressão “semi-árido” é utilizada comumente para designar um tipo climático caracterizado por forte

insolação, temperaturas relativamente altas e um regime de chuvas marcado pela escassez, irregularidade e concentração das precipitações num curto período. A esse tipo climático corresponde uma vegetação notadamente adaptada à carência hídrica que é representada no Brasil pela Caatinga (HIGINO e MOREIRA, 2006, p.11).

A região semi-árida paraibana definida pelo Ministério da Integração Nacional e adotada pela antiga SUDENE, é composta de 170 municípios que se estendem por 48.657 km² (o que representa 86% do total do território estadual), abrangendo as Mesorregiões do Sertão Paraibano e da Borborema e parte da Mesorregião do Agreste Paraibano (VALENTIM, 2008).

No período de 1970-1996, ocorreram lutas por terra em 26 dos 170 municípios inseridos no semi-árido paraibano, totalizando 59 áreas de conflito (MOREIRA, 1997). Atualmente, contabilizam-se 85 acampamentos existentes em todo o estado da Paraíba, sendo 56 destes, referentes a conflitos localizados no semi-árido. Assim, entre 1970 e 2008 registraram-se 115 áreas de conflito na região do semi-árido paraibano. (ver gráfico1)

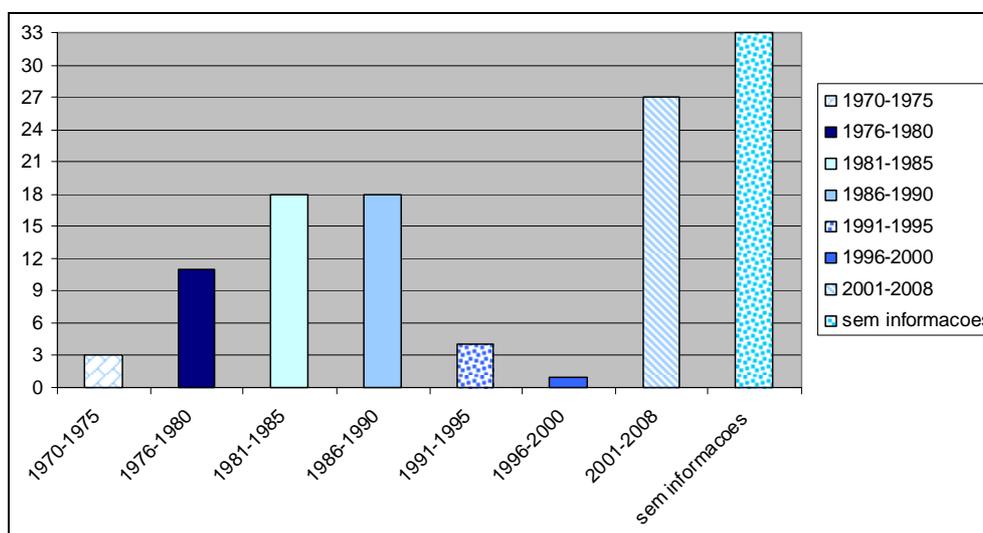


Gráfico 1. Áreas De Conflito No Semi Árido Paraibano Entre 1970-2008.

Fonte: MOREIRA, 1997. Incra, 2008.

Ao analisar os dados do gráfico percebe-se que apesar da queda do número de conflitos registrada entre 1991 e 2000, o número de áreas em conflito cresceu nos últimos anos. Apoiados por movimentos sociais, sindicatos rurais, partidos

políticos, ONG's e outras entidades, os trabalhadores lutam por melhores condições de sobrevivência a partir da modificação da estrutura fundiária, concentrada e excludente. Lutam ainda contra a violência cometida por partes dos latifundiários e por uma vida digna a partir da conquista e construção do que Moreira (2007) denomina de "Territórios de Esperança".

Um exemplo de luta pela terra no semi-árido paraibano: o caso da fazenda Tanques

O Assentamento Almir Muniz da Silva localiza-se no município de Itabaiana, na microrregião de mesmo nome e estende-se por uma área de 443,0693 ha. Os trabalhadores que hoje nele estão assentados, há muito tempo já trabalhavam na terra na condição de moradores ou trabalhadores arrendatários.

O imóvel que foi transformado em Assentamento, denominava-se de Fazenda Tanques. Esta inicialmente pertenceu a Manuel Pereira Borges e, com sua morte, ficou como herança para seu filho Manuel Pereira Borges Filho. Com a morte do filho do proprietário a esposa, Maria Alayde Toscano Borges assumiu a propriedade.

Trabalhavam na propriedade como arrendatários muitos trabalhadores que viviam em uma propriedade vizinha chamada Mendonça dos Moreira, que tinham recebido como herança dos avós. A terra mede aproximadamente 178 hectares e nela viviam cerca de noventa e três famílias em sua maioria parentes. Por não ter espaço suficiente para todas as famílias produzirem seu roçado os trabalhadores eram obrigados a arrendar terra para complementar seu sustento.

Cinco famílias dividiam a propriedade Mendonça dos Moreira, as famílias Muniz, Moreira, Ferreira, Miquilino e Mendes, que segundo relato dos assentados foram os primeiros a chegar à região por volta do início do século XX. Essas famílias começaram a arrendar terra na fazenda Tanques já na década de 1960. O tamanho da terra arrendada variava de uma família à outra e dependia da área que a proprietária disponibilizasse para arrendar e do número de arrendatários. O contrato de arrendamento era feito de forma verbal diretamente com o administrador da fazenda, com duração de dois anos. Os trabalhadores limpavam a área e a cultivavam por dois anos, no ano seguinte pegavam nova área para limpar e assim abriam caminho pro pasto. O pagamento era realizado inicialmente ao final do ano em dinheiro, porém nas últimas rendas efetuadas a proprietária exigia o pagamento antecipado no valor de R\$ 40,00 (quarenta reais) por hectare.

O contrato dos moradores de condição também se dava através do administrador, esses tinham direito a plantar seu roçado na condição de pagar um dia de trabalho gratuito por semana à proprietária.

Os trabalhadores produziam na fazenda culturas de milho, feijão, inhame, batata doce, mandioca, amendoim entre outras destinadas ao consumo, quando a produção era suficiente comercializavam o excedente na cidade de Itabaiana com atravessadores.

O conflito teve início no ano de 1997, quando a proprietária proibiu que os trabalhadores arrendatários e moradores continuassem a cultivar na área. Primeiramente a proprietária levou os trabalhadores a assinar um contrato escrito, o Contrato Comodato, elaborado juntamente com o Sindicato de Trabalhadores Rurais do município de Itabaiana-PB no ano de 1996, dizendo-lhes que o mesmo seria renovado após três anos, assim assinaram um referente ao ano de 1995 que já haviam trabalhado, o de 1996 que estava e curso e o do ano seguinte 1997. Ao final do contrato a proprietária não quis renovar o contrato argumentando que queria a terra para uso próprio e assim os trabalhadores foram obrigados a deixar a terra. Pouco tempo depois eles descobriram que a propriedade estava para ser comprada por Carlos Henrique Carneiro Gouveia da Cruz, um produtor de cana-de-açúcar que tem diversas propriedades na região e nos estados do Piauí e do Maranhão. A partir daí os trabalhadores começaram a se organizar para lutar pela terra:

Esse contrato ele determinava que em três anos não tinha mais, agente não podia mais arrendar a terra. E a proprietária daí se firmou dizendo que queria a terra pra uso próprio. E realmente até agente relaxou, entregou. Quando descobriu que o nosso querido Carlos Henrique...era quem ia assumir isso aqui, então se é pra quem já tem então vamos dar pra quem não tem, o Incra compra! Então foi quando agente começou a se organizar (Sr. Crizante Muniz Moreira – Secretário da Associação dos Trabalhadores Rurais e Agente Comunitário de Saúde do Assentamento Almir Muniz da Silva 26/05/2008).

Inicialmente buscaram a ajuda do Incra e do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Itabaiana-PB, tendo a primeira vitória sido feita pelos técnicos do Incra no ano de 1998. Como a vitória é feita com base no ano anterior, no caso 1997, a propriedade foi declarada produtiva uma vez que os trabalhadores tinham produzido na fazenda ainda como arrendatários naquele ano. A partir disso os trabalhadores se organizaram para ocupar a propriedade. Em janeiro de 1999, eles entraram apoiados pelo Sindicato de Trabalhadores Rurais. Não chegaram porém, a montar acampamento, ocupavam a terra durante o dia, trabalhavam chegando a plantar e de noite voltavam para a propriedade deles a Mendonça dos Moreira. O primeiro despejo ocorreu no mês de abril do mesmo ano de forma

nada pacífica, tratores destruíram as plantações chegando a ocorrer tiroteio conforme o depoimento do Sr. Noberto Muniz da Silva – Presidente da Associação de Trabalhadores Rurais do Assentamento Almir Muniz da Silva:

Então quando veio o despejo que a gente tava ocupando a área o trator veio devorar a lavoura aqui e agente do outro lado esperando o presidente do sindicato que era da federação de João Pessoa, FETAG. Ai a gente tava la esperando ele chegar pra ver qual era a solução, o nosso destino, vendo o trator devorando as lavouras ai foi quando uma equipezinha dos trabalhadores foi ate na porteira e eles já estavam provocando pra fazer o mal com a gente, e eu tinha ido dar água a umas carneira minha. Quando os meninos chegaram na porteira ai o tratorista desceu do trator e disse: passe pro lado de cá mói de safado. E agente dentro da comunidade nossa Mendonça dos Moreira. Ai ele pegou o revólver deu dois tiros pra cima, ai a turma correram e eles meteram bala de lá. Foi muita sorte não ter acontecido o pior naquele dia. Tem gente que correu uns 10km com um galho de Juá no pé e não sentiu, do medo que teve.

Após o primeiro despejo o Presidente do STR comunicou aos trabalhadores que não participaria mais da luta, foi então que eles procuraram o apoio da Comissão Pastoral da Terra – CPT. Uma boa parte das famílias também desistiu da luta após o tiroteio por temer o que estaria por vir. A resistência dos trabalhadores gerou um conflito de grande proporção. As famílias que permaneceram na luta foram submetidas à violação de suas residências, ameaças, intimidação, humilhações por parte dos jagunços da fazenda. O acesso à cidade de Itabaiana foi interrompido obrigando-os a passar por dentro da fazenda para chegar à cidade. Vários foram os episódios em que os trabalhadores foram surpreendidos por jagunços com armas em punho no meio da estrada e/ou foram barrados a procura de armas.

A segunda vistoria feita pelo Incra declarou a propriedade como improdutiva, porém a proprietária recorreu alegando que teria a terra estava sem atividade devido à falta de chuva na região. O pedido foi acatado apesar de ser encontrado lavouras em várias propriedades do entorno da fazenda. Nessa época a tensão se agravou, os trabalhadores não andavam sozinhos pelas estradas, as ameaças dos jagunços eram constantes, segundo relata o jovem assentado João Muniz da Cruz Filho:

Teve um dia que agente estudava a noite lá no estadual

em Itabaiana, ai a kombi...chovendo muito né?! Já era quase sete horas e agente tinha que chegar cedo que era prova. Ai foi pela fazenda. Ai chegou em baixo muita lama, o carro ia atolar. Ai tinha uns garrancho do lado que eles já tinha colocado prá ninguém passar. Ai agente tirou o carro passou, quando chegou na fazenda eu acho que tinha uns seis cara, tudo de 12 e gritando, e falando palavra de baixo calão, com o motorista, dizendo que ia atirar na cabeça dele. Tirou os alunos tudo prá fora...a mulher dele começando a chorar pedindo que não fizesse nada com o esposo, que ela tava até com uma criança no colo...eles disse você vai voltar, agente vai dar um tiro no pneu e um tiro na sua cabeça, apontava a arma prá cabeça dele...até que se convenceu que agente ia retornar, colocaria o garrancho de mato no lugar e passaria dentro da lama...e assim agente fez...tinha que empurrar, entrava ai atolava de novo..."

A terceira vistoria foi solicitada no mês de março de 2002 pelos trabalhadores tendo sido realizada pelo Incra no dia 19 de junho de 2002. Antes de chegar o resultado da terceira vistoria, que novamente considerou a propriedade improdutiva, ocorreu o desaparecimento do trabalhador Almir Muniz da Silva, que até hoje não foi encontrado.

O trabalhador foi rebocar um carro que havia quebrado até a cidade de Itabaiana com o cunhado e retornou sozinho por dentro da fazenda. Foi visto pela última vez por moradores da comunidade Lagoa de Rancho que fica na entrada da fazenda quando lá chegava. Os mesmos moradores viram o trator sair. No dia seguinte, por volta das sete da manhã ouviram-se tiros na sede da fazenda. O trabalhador nunca retornou e o trator em que estava foi encontrado no Estado de Pernambuco, no município de Itambé, abandonado dentro de um canavial. O processo até então não saiu da delegacia de Itabaiana-PB.

Na época o então deputado Estadual Frei Anastácio preparou um dossiê sobre o caso tendo repercutido bastante. Os assentados receberam a visita da viúva de Robert Kennedy enquanto membro de uma organização pelos direitos humanos, porém até então o caso não foi solucionado. Segundo os assentados o acusado pelo desaparecimento é Sergio de Souza Azevedo o administrador da fazenda à época, que é policial e justamente o investigador responsável pelo caso.

Após toda essa trajetória de luta e resistência dos trabalhadores, o imóvel foi declarado de interesse social para fins de reforma agrária em 18 de julho de 2003, tendo sido desapropriado em 25 de março de 2004 dando origem ao Projeto de Assentamento Almir Muniz da Silva em homenagem ao trabalhador desaparecido durante a luta pela conquista da terra.

Caracterização do assentamento

De acordo com os dados coletados junto ao Incra o assentamento Almir Muniz da Silva foi criado em 2004 beneficiando 24 famílias. O parcelamento ainda não foi efetuado pelo Incra, porém os próprios assentados efetuaram um pré-parcelamento no qual cada família ficou com um lote de aproximadamente 14 hectares. Existe ainda no interior do assentamento uma área destinada à reserva florestal, cinco açudes e duas estradas que cortam o assentamento.

Os assentados produzem milho, feijão, mandioca, macaxeira, amendoim, batata doce, fava e possuem criações de bovino, caprino e aves que auxiliam na manutenção das famílias. A maior parte da produção está destinada ao consumo familiar, porém os assentados comercializam seus produtos no município de Itabaiana-PB com atravessadores. Segundo relato dos assentados a produção do assentamento é tão grande que eles fornecem por ano uma média de 30 mil quilos de feijão verde, mais de 60 mil quilos de mandioca, comercializando ainda milho, amendoim entre outros produtos. A renda das famílias é complementada com o programa bolsa família. Além da renda gerada a partir da comercialização da produção, os assentados estão gerando empregos já que não dão conta da produção tornando-se necessária a contratação de trabalhadores alugados de fora do assentamento para auxiliar no cultivo.



Foto1: Trabalhador contratado para auxiliar no cultivo em uma das parcelas no assentamento.



Foto2: Plantação de amendoim de uma família



Foto3: Residência de um dos assentados

A melhora das condições de vida e trabalho dos assentados é visível e pode ser confirmada através do depoimento do Sr. João Muniz da Cruz Filho:

Antes o meu cunhado José Severino Dias, o Zé Negão. Antes ele trabalhava alugado ganhando diária, ia pra usina cortar cana pra conseguir um dinheirinho por mês, que era salário de miséria. Hoje, aqui só o ano passado ele fez acima de dez mil reais. Comprou moto....

As famílias possuem casas dentro de suas parcelas construídas em alvenaria, em sua maioria com mais de cinco cômodos, algumas com piso de cerâmica, regra geral com móveis e eletrodomésticos básicos. Todas as casas possuem cisternas de placas, energia elétrica e fossas sépticas.

No que se refere à educação segundo uma pesquisa realizada por um dos assentados em seu curso de magistério todas as crianças e jovens do assentamento freqüentam a escola, não existindo abandono escolar. As crianças estudam na comunidade vizinha denominada Mendonça dos Moreira e os jovens nas cidades de Itabaiana e São José dos Ramos sendo transportadas pelo ônibus das prefeituras. Existem ainda o programa de educação de jovens e adultos (EJA) no interior do assentamento e os cursos de formação patrocinados pelo PRONERA com o apoio da CPT e do Inra. O incentivo à educação no interior do assentamento é presente, já existe um técnico de enfermagem e dois filhos de assentados que concluíram o magistério. Um dos assentados relatou durante a visita que o objetivo é ter pessoas especializadas em diversas áreas como saúde, educação, agronomia para desenvolver o assentamento.

Não existem postos de saúde no interior do assentamento, porém um dos assentados que possui curso técnico de enfermagem trabalha como agente comunitário de saúde sendo pago pela prefeitura de Itabaiana. Os assentados recebem atendimento médico no posto de saúde de Sítio Novo ou no Hospital Regional de Itabaiana, as condições da estrada são um pouco precárias e o transporte não é disponibilizado pela prefeitura, necessitando ser pago com recursos dos próprios assentados.

A Associação dos Trabalhadores Rurais tem trabalhado na inserção dos assentados nas atividades produtivas e na permanência dos jovens na terra. De acordo com depoimentos dos membros da associação há uma forte preocupação em manter as famílias produzindo, trabalhando em suas parcelas. Existe o grupo de jovens com aulas de capoeira, campo de futebol, e o forte incentivo à educação na tentativa de fixar os jovens que migravam para outros Estados no intuito de melhorar a vida. Há ainda o grupo de mulheres que se reúnem para discutir os problemas internos e buscar soluções.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Fica evidente a partir do exposto que a organização dos trabalhadores em busca da conquista da terra vem se fortalecendo nos últimos anos apesar de toda a repressão e humilhações a que são submetidos. A partir da conquista da terra constata-se, sem dúvida, uma melhoria nas condições de vida e trabalho dessas famílias assentadas o que pode ser confirmada através do depoimento do Sr. Crizante: “Melhoras bem boa, agente pode definir assim né?! Paz, liberdade e trabalho. Porque nós conquistamo tudo isso”.

Os créditos destinados aos assentados são de extrema importância para o desenvolvimento do assentamento a partir da construção de casas, cisternas de placas, compra de ferramentas que propiciam melhores condições para as famílias. É importante ainda ressaltar o papel do programa bolsa família na manutenção e complemento da renda familiar e o acompanhamento e assistência técnica por parte da EMATER de Itabaiana-PB, da CPT, do STR e do Incra que auxiliam na fixação das famílias na terra.

O trabalho que vem sendo desenvolvido pela Associação de Trabalhadores Rurais do Assentamento Almir Muniz da Silva também tem sido relevante na inserção dos assentados nas atividades produtivas, incluindo os jovens, que anteriormente migravam em busca de melhores condições de vida em outros Estados e muitas vezes acabavam se deparando com o trabalho degradante no corte de cana-de-açúcar.

A criação do assentamento reflete-se não só na melhoria de vida dos assentados, mas também na dinamização da feira do município de Itabaiana-PB. Além de

gerador de renda o assentamento gera emprego uma vez que além de ocupar a mão-de-obra familiar, ainda incorpora trabalhadores que são contratados para ajudar nas diversas etapas do processo produtivo.

REFERÊNCIAS

TARGINO, Ivan. A luta pela terra e os movimentos sociais rurais no Brasil. Rev. Raízes, vol. 21, nº 01, 2002.

MOREIRA, Emília. Por um pedaço de chão. Vol. II João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1997.

MARTINS, José de Souza. Os camponeses e a política no Brasil. As lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. Rio de Janeiro: Ed. Vozes Ltda, 3ª edição, 1981.

BERTERO, José Flávio. Sobre reforma agrária e MST. Rev. Lutas e Resistências, Londrina, n.1, set., 2006.

WOLF, Eric R. Guerras Camponesas do Século XX. São Paulo: Ed. Global, 1ª edição, 1984.

STEDILE, João Pedro. (org.) A Questão Agrária no Brasil: O Debate Tradicional – 1500-1960. São Paulo: Ed. Expressão Popular, 2ª edição, 2005.

PEREIRA, Frei Pilato. Por que não sai reforma agrária no Brasil? 2007; www.mst.org.br. Acessado em: 12/02/08.

GRAZIANO, José. Nova agenda para a reforma agrária. 2007; www.mst.org.br. Acessado em: 12/02/08.

ANDRADE, Manuel Correia de. Conflitos por terra. 2004; www.mst.org.br. Acessado em: 12/02/08.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Enumerando a reforma agrária. 2006; www.mst.org.br. Acessado em: 12/02/08.

Contato com os autores: ade_cpt@yahoo.com.br; diego_nod@yahoo.com.br; rovilson_jose@uol.com.br
Recebido em: 09/12/2008
Aprovado em: 20/06/2009